

Cor, moradia e trabalho: A Distribuição Espacial e Laboral da População Negra em  
Porto Alegre no Final do Século XIX.

Giane Caroline Flores  
Graduanda em História (Unisinos)

Priscilla Almaleh  
Graduanda em História (Unisinos)

Vinicius Furquim de Almeida  
Graduando em História (Unisinos)

Resumo: O artigo apresenta resultados de uma investigação sobre a população negra no pós-abolição, enfocando temas como saúde, trabalho, moradia e família. No Centro Histórico-Cultural Santa Casa (Porto Alegre) encontramos amplo acervo de documentos ali preservados e, destes, selecionamos os livros de *Registro de Pacientes* e de *Porta*, nos quais eram anotadas as informações/registros dos indivíduos que ali buscavam atendimento. Mesmo após 1889, a cor continua aparecendo nestes registros, certamente por ser um item importante ao diagnóstico, segundo o pensamento médico da época.

Palavras-chave: Pós-emancipação, saúde, trabalho, população negra.

Carecemos de investigações históricas que mapeiem a presença dos negros no período pós-abolição. Pouco sabemos sobre a inserção dos mesmos no mundo do trabalho, seus espaços de sociabilidade e moradia e relações familiares. Os governos republicanos investiram, tanto por meios mais ideológicos, como pela simples coerção através dos mecanismos de controle social urbano (polícia, principalmente) -, na construção da imagem do “*bom trabalhador*”, não só honesto, fiel, morigerado, como “*branco*”, com um padrão mais próximo dos ideais de civilização que se gostaria de ver aqui implantados.<sup>1</sup> Os trabalhadores nacionais - principalmente os negros e entre estes de forma especial os que tinham recém saído do cativeiro -, não combinavam com a ideia de “*trabalhador ideal*” que nossas elites tinham. Assim, o importante era embranquecê-los negando-lhes referência étnica e incentivando a vinda de imigrantes europeus.

---

<sup>1</sup> Sobre a redistribuição geográfica pautada pelo pensamento republicano na virada do século XIX, ver PESAVENTO (2001).

Esse *embranquecimento* das fontes – a ausência de dados sobre a cor - é um empecilho, mas não um impedimento absoluto ao encaminhamento de investigações nesta área, já que alguns documentos mantiveram a referência étnico-racial. O Centro Histórico-Cultural Santa Casa (Porto Alegre)<sup>2</sup> custodia amplo acervo relacionado a vida desta instituição médico-assistencial. Entre os documentos preservados, encontram-se os livros de registro de pacientes e de Porta, onde eram cadastrados os indivíduos que ali buscavam atendimento. Mesmo após 1889, a cor continua aparecendo nestes registros, certamente por ser um item importante ao diagnóstico, segundo o pensamento médico da época.

Propomos, então, apresentar resultados de uma investigação voltada para o estudo da população negra no pós-abolição, enfocando temas como saúde, trabalho, moradia e família. Usaremos, especificamente, neste artigo Livro da Porta nº 1, que compreende janeiro de 1899 a março de 1900 e do qual extraímos 1.158 registros de indivíduos negros (alguns repetidos em função de novos internamentos)<sup>3</sup>.

O Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre custodia um acervo essencial para a história social dos populares, tanto no século XIX como no XX. Este acervo encontra-se disponível para consulta na Avenida Independência, nº 75, no Bairro Independência, em Porto Alegre (RS). A Santa Casa é o mais antigo hospital de Porto Alegre e é parte fundamental da história da cidade. Construída no início do século XIX, a instituição assistencial se tornou referência para aqueles que necessitavam de cuidados, não apenas médicos, como também relacionados à alimentação e ao acolhimento. A partir do momento de sua inauguração, a Santa Casa passou a cumprir diversas funções conforme regulamentava o Compromisso da Misericórdia. A instituição se mantinha através de subsídios do Estado, mas, principalmente, através de doações dos benfeitores ligados a irmandade. Segundo Cláudia Tomaszewski (2007, p.17), essas Irmandades eram associações formadas por homens que ocupavam posições de destaques nos locais onde viviam devido a seu status social ou poder político e econômico. Muitas eram as atribuições da instituição neste período, conforme ressalta Tomaszewski:

[...] as Santas Casas, de um modo geral, tinham como objetivo principal a prática da caridade por meio das obras de misericórdia. Foram responsáveis pela organização e/ou administração de hospitais, asilos para órfãos, casas para expostos, recolhimento para mulheres, asilos para loucos, e cemitérios; além de prestarem auxílio jurídico, alimentarem e cuidarem nas doenças os presos pobres,

---

<sup>2</sup> Doravante citado como CHCSCPA.

<sup>3</sup>A pesquisa na qual este artigo se insere, pretende a indexação dos dados constantes nos Livros de Pacientes e da Porta desta instituição, ao longo do período de 1880 a 1910. O projeto intitula-se "*Negras Cartografias - Territorialidade, saúde e trabalho da População negra em Porto Alegre (1880/1910)*" e é coordenado pelo professor Paulo Roberto Staudt Moreira (Unisinos).

acompanharem os padecentes da justiça à força e distribuírem esmolas a pobres; também mantinham capelas cuja principal função era cuidar das almas dos benfeitores.

Justamente por abarcar tão diversas demandas sociais é que a instituição legou um importante escopo documental que, hoje, propicia diversas informações sobre a população não só porto alegre, mas de outras localidades do Estado e mesmo de outras nacionalidades que se estabeleceram na cidade ou, de passagem, tiveram os cuidados da instituição. Os registros dos indivíduos hospitalizados trazem dados preciosos para o mapeamento social da cidade, em termos de profissões, cores, nacionalidades, endereços, etc. Merece destaque que, ao contrário de outras fontes documentais, *os registros de pacientes sempre trazem o item cor preenchido* - mesmo no período republicano -, o que poderá auxiliar ao ser efetuado o cruzamento com as outras fontes pesquisadas. Considerando os dados coletados no Livro de Porta nº 1, que serve de baliza para este artigo, eles foram arranjados em fichas como a abaixo:

<b>Número:</b> 1979	<b>Profissão:</b> Jornaleiro
<b>Folha:</b> 92	<b>Estado Civil:</b> Solteiro
<b>Data:</b> 15.02.1900	<b>Classe:</b> Pobre
<b>Nome:</b> Valentim José Rodrigues	<b>Endereço:</b> Rua Demétrio Ribeiro, nº 98D
<b>Sexo:</b> Masculino	<b>Remetido:</b> Pelo 1º Posto
<b>Idade:</b> 26 anos	<b>Saída:</b> 22.03
<b>Cor:</b> Preta	<b>Observação:</b> Curado
<b>Naturalidade:</b> Deste estado	<b>Referência:</b> Livro da Porta nº 1
<b>Filiação:</b> Valentim Rodrigues da Silveira	

O Livro da Porta, como se pode constatar por sua própria denominação, ficava na entrada da Santa Casa, e servia para a identificação dos indivíduos que ali iam (ou eram conduzidos) para receber atendimento médico, mas também àqueles que os acompanhavam. Se pensarmos a invisibilidade historiográfica que predominou sobre a população negra até bem pouco tempo, salta aos olhos a riqueza das informações constantes neste livro, que permite uma cartografia da presença negra no espaço urbano e a constituição de territorialidades étnicas na cidade. O item “endereço” é de vital importância e pode servir de base para um mapeamento étnico-racial da capital do estado<sup>4</sup>. Além disto, gênero, faixa etária e profissão garantem a possibilidade de uma *visibilidade* consistente para esta comunidade negra cidadina e suburbana, mas também ainda rural<sup>5</sup>.

<sup>4</sup>Alguns autores já usaram estas fontes da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, pensando no estudo de alguns territórios negros urbanos específicos, como a Colônia Africana (MAUCH, 1988; KERSTING, 1998; ROSA, 2014).

<sup>5</sup> O item *doença* não consta nestes Livros de Porta, apenas nos de pacientes. Ao contrário, nos Livros de Pacientes não consta o endereço dos enfermos o que torna imprescindível (e que está sendo feito) a transcrição

Historiadores sociais como E. P. Thompson, Natalie Zamon Davis e Carlo Ginzburg, aprofundaram o conhecimento sobre as classes populares e trabalhadoras, enfocando a história sob o ângulo destes agentes - ou seja, valorizaram os populares “à luz de sua própria experiência e de suas reações a essa experiência”. O estudo da população negra no espaço urbano no período pós-abolição, pode mostrar como as experiências desses indivíduos na busca de oportunidades no mundo do trabalho livre e de espaços de moradia e sociabilidade ao lado de brancos pobres, inseria esses sujeitos ao grupo dos *populares*, sendo tal conceito considerado de forma ampla abrangendo as várias experiências que os cindiam e homogeneizavam.

Não estamos afirmando a inexistência de uma *elite negra* porto-alegrense no período, mas apenas balizando a ascensão social negra dentro das possibilidades de uma sociedade racializada <sup>6</sup>. Os dados retirados dos campos *profissão* e *classe* (a forma como seria feito o pagamento) podem nos ajudar a configurar hierarquias sócio-profissionais presentes nesta comunidade negra urbana, identificando possíveis lideranças. No campo *remetido*, por exemplo, encontramos repetidas vezes o nome do *pardo* Coronel Aurélio Viríssimo de Bittencourt, chefe de gabinete do presidente do estado Júlio Prates de Castilhos e figura negra de projeção <sup>7</sup>.

Começando pela variável *cor*, compomos a tabela 1 abaixo:

**Tabela 1: Registro das cores dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>Cores</b>	<b>Nº casos</b>	<b>%</b>
<b>Fula</b>	1	0,09
<b>Mista</b>	8	0,69
<b>Morena</b>	90	7,77
<b>Parda</b>	573	49,48
<b>Preta</b>	486	41,97
<b>Total</b>	1.158	100,00

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

A primeira coisa que chama a atenção é a existência, no pós-1889, de cinco formas de classificação de *cor* para os não-brancos. Sabemos que a cor num país que passou por intenso

---

paleográfica de ambos registros, que devem posteriormente ser cruzados. Como exemplo do uso destes documentos no estudo da saúde feminina, ver: OLIVEIRA (2012).

<sup>6</sup> Sobre elites negras de Porto Alegre no período, ver: MÜLLER (1999), SANTOS (2011).

<sup>7</sup> Ver: MOREIRA (2009, 2010, 2010a).

processo de mestiçagem biológica e cultural como o Brasil, não se refere apenas à epiderme, mas também a classificações sociais. O caso da *invisibilidade da cor* que tratamos acima, não partiu unicamente das elites brasileiras, interessadas em forçar o *embranquecimento* da população através do desaparecimento deste item dos documentos (SCHWARCZ, 1993). A própria comunidade negra repudiou termos como *negro* ou *preto* durante certo período histórico, pois associavam a um passado recente ligado ao cativo. Segundo Castro (1995, p. 319):

O desaparecimento da marca racial dos registros policiais não foi uma invenção republicana, mas uma prática já plenamente vigente, em relação aos homens nascidos livres, nas últimas décadas da escravidão, nas áreas analisadas. Perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como ‘preto’ ou ‘negro’, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos.

No caso específico destes registros documentais relacionados ao campo médico, especulamos que eles eram preenchidos pelos próprios funcionários da instituição, baseados no conhecimento que tinham dos doentes que ali chegavam e da percepção visual que tinham. Ou seja, parece-nos, até o momento, que não se tratava de uma *auto-representação* (que certamente também existia), mas principalmente de uma categoria descritiva, *exo-atribuída*<sup>8</sup>. Um dos motivos de pensarmos não se tratar de uma auto-representação é o fato de encontrarmos ao longo dos registros alguns casos de pacientes sem muitas informações a seu respeito (que poderiam ser incluídas caso o próprio paciente fosse responsável por descrever-se). Um exemplo se encontra no livro número 7 de matrícula geral dos enfermos, onde um paciente internado no dia 16 de dezembro de 1889, é retratado apenas como um homem mudo, e não há nenhuma informação a seu respeito, como nome, filiação, profissão, estado civil. Porém, sua cor é representada como preta e sua idade estimada em 50 anos. Dessa forma, acreditamos que devido ao fato de o paciente não poder se comunicar, sua idade e cor foram atribuídas por funcionários da Santa Casa, contudo pode se tratar de um caso isolado.

**Tabela 2: Registro das origens dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>Origem</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Outros Estados</b>	90	7,78
<b>Do RS</b>	1.026	88,59
<b>África</b>	29	2,50
<b>Outros países</b>	13	1,12
<b>Total</b>	1.158	100,00

<sup>8</sup> Ver WEIMER, 2013.

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

De *outros estados* temos: Alagoas (5), Bahia (17), Rio de Janeiro (15), Ceará (5), Espírito Santo (2), Goiás (2), Maranhão (2), Minas Gerais (8), Paraíba (2), Pernambuco (12), Piauí (2), Paraná (1) e São Paulo (18). De outros países: Espanha (1), Paraguai (2), Portugal (1), Uruguai (8) e um ilegível. Praticamente 50 anos depois do fim do tráfico transatlântico ainda temos africanos vivendo em Porto Alegre. Todos eles eram mencionados apenas como da África, sem a menção a nações ou procedências específicas. Mesmo que achemos que estas informações sejam principalmente responsabilidade dos funcionários que ficavam na portaria da instituição, podemos talvez perceber aí um *eco* de alterações identitárias. Trabalhando com registros policiais do Rio de Janeiro, alguns historiadores perceberam uma:

mudança nos padrões de identidade destes indivíduos. Paulatinamente, a identidade de 'nação' vai sendo substituída pela simples denominação 'africana'. Essa generalização possivelmente se confunde com a formação de uma identidade africana homogeneizadora da comunidade afro no Rio, pois na verdade eram os africanos que informavam as autoridades da sua 'nação' (SOARES; GOMES; GOMES, 2005, p. 160).

Quanto ao estado civil e a faixa etária da população negra atendida pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, temos:

**Tabela 3: Registro do estado civil dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>Estado Civil</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>Casados</b>	129	11,14
<b>Solteiros</b>	984	84,97
<b>Viúvos</b>	42	3,63
<b>Não consta</b>	3	0,26
<b>Total</b>	1.158	100,00

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

**Tabela 4: Registro da faixa etária dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>Faixa etária</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>0 a 7</b>	43	3,75
<b>8 a 12</b>	21	1,82
<b>13 a 16</b>	50	4,32
<b>17 a 20</b>	216	18,68
<b>21 a 24</b>	208	17,99
<b>25 a 30</b>	242	20,93
<b>31 a 35</b>	76	6,57

<b>36 a 40</b>	77	6,66
<b>41 a 50</b>	99	8,56
<b>51 a 60</b>	54	4,67
<b>Mais de 60</b>	70	6,05
<b>Total</b>	1156	100

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

Cerca de 90,11% tem mais de 16 anos, ou seja, estamos trabalhando com dados relativos à população negra adulta. Cruzando os dados da tabela 3 com a 4, percebemos que cerca de 12% dos negros que procuraram assistência na Santa Casa de Porto Alegre estavam envolvidos em relações familiares sacramentadas pela Igreja. Muitos dos demais provavelmente possuíam relações consensuais estáveis, mas também ainda não sabemos se esta instituição, fortemente católica, registrava apenas os casamentos religiosos ou também valorizava os enlaces civis.

Quanto à *classe*, ou seja, o indicativo da forma como seria feito o pagamento dos serviços prestados pela Santa Casa, temos:

**Tabela 5: Registro da classe dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>CLASSE</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>1ª classe (particular)</b>	6	0,51
<b>2ª classe (particular)</b>	38	3,28
<b>Militar</b>	256	22,10
<b>Pobre</b>	832	71,85
<b>Sentenciado</b>	26	2,25
<b>Total</b>	1.158	100,00

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

Olhando a tabela 5, percebemos que apenas cerca de 4% dos negros internados desembolsaram de seu próprio bolso os recursos para o seu tratamento. O Estado arcou com as despesas médicas dos membros de seus mecanismos de controle social (22,10%) e dos presos da Casa de Correção (2,25%). A grande maioria dos enfermos, quase 72%, foi descrita como *pobre*, sendo o seu atendimento pago pelos próprios recursos da instituição, entre eles os importantes subsídios recebidos do governo.

Pensando nas últimas 3 tabelas apresentadas, podemos perceber que o público alvo da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (e outras) era justamente os populares, já que as elites curavam-se em casa, com médicos e cuidadores próprios (WITTER, 2007). Mas não

podemos confundir os populares com os desenraizados, indivíduos que não tinham outra opção, em termos de solidariedade e sociabilidade, do que aceitar ir para o hospital.

Quando pensamos que aqueles que recorriam a Santa Casa de Misericórdia eram unicamente os *desenraizados*, parece que nos tornamos cúmplices de uma visão sobre os populares calcada na anomia (a la Escola Sociológica Paulista). Nos últimos anos justamente a historiografia mostrou como haviam flores nas senzalas, recuperando parentesco, afeto e família entre os habitantes das senzalas. O levantamento dos Livros de Paciente e de Porta evidencia que o número de internados na Santa Casa é muito grande para que seu público alvo seja pensado apenas como constituído por indivíduos *desenraizados*. Parece mais interessante pensar que os populares enriqueciam ou ampliavam os seus *recursos comunitários* inserindo a Santa Casa em suas estratégias de sobrevivência. As elites precisavam daquele espaço para angariar capital simbólico e os populares usufruíam/usavam disto em suas vidas cotidianas. O certo é que a Santa Casa era operacionalizada não só pela elite, mas pelos plurais agentes sociais e étnicos populares, de acordo com as suas expectativas, possibilidades e estratégias (MOREIRA, 2015).

Com relação ao item *endereço*, como já dissemos, ele nos permite pensar onde os populares negros residiam. Não são poucos os problemas para se fazer este levantamento, já que as ruas tem mais de uma denominação e o mapeamento da cidade não era muito bem delimitado. Por outro lado, muitas das mulheres empregadas no serviço doméstico talvez fornecessem o endereço de seus patrões. De qualquer maneira, nos valem do Ato municipal nº 17, de 4 de setembro de 1896, que dividiu Porto Alegre em distritos e comissariados, para compor a seguinte distribuição espacial.<sup>9</sup>

**Tabela 6: Distribuição espacial dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b><u>Distritos</u></b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
<b>1º distrito</b>	208	17,96
<b>2º distrito</b>	178	15,37
<b>3º distrito</b>	227	19,60
<b>4º distrito</b>	131	11,31
<b>5º distrito</b>	5	0,43
<b>6º distrito</b>	6	0,52
<b>7º distrito</b>	6	0,52
<b>Residência provisória</b>	347	29,96
<b>Interior</b>	50	4,32

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

<sup>9</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, fundo legislação, código nº 972.



O item endereço carrega a dúvida de tratar-se do local de residência ou de trabalho, o que não é exatamente um impedimento, já que, tratando-se principalmente de trabalhadores domésticos tais espaços podiam se confundir. Listamos como "residências provisórias" algumas instituições como a Casa de Correção, o Asilo de Mendigos, o Hospital São Pedro, além dos quartéis militares e policiais. A população negra enferma se concentrava nos 3 distritos mais centrais de Porto Alegre. A Colônia Africana, segundo esta distribuição espacial, estaria localizada no 3º distrito da capital, justamente o primeiro lugar em termos de concentração populacional negra, segundo os documentos da Santa Casa de Porto Alegre.

Quanto aos mundos do trabalho negro de Porto Alegre, optamos por dividir as profissões pelos setores em que se inseriam, tentando assim agregar os dados coletados dos 1.158 registros de entrada.

**Tabela 7: Profissões dos Enfermos negros (1899/1900)**

<b>Profissão</b>	<b>Nº de pessoas</b>
<b>Outros</b>	<b>175 ( 15,11 %)</b>
Nada Consta (174), Sem Profissão (1)	
<b>Setor Primário</b>	<b>34 (2,94 %)</b>
Agricultor (18), Campeiro (1), Carvoeiro (1), Chacareiro (5), Lavrador (9)	
<b>Setor Secundário</b>	<b>99 (8,55 %)</b>
Alfaiate (1), Calafate (1), Carpinteiro (13), Chapeleiro (1), Cigarreiro (1), Curtidor (1), Ferreiro (7), Funileiro (4), Latoeiro (1), Lustrador (2), Marceneiro (4), Padeiro (11), Pedreiro (30), Pintor (3), Quitandeira (3), Sapateiro (15), Seleiro (1)	
<b>Setor terciário</b>	<b>850 (73,40 %)</b>
<b>Transporte</b>	<b>92 (7,94 %)</b>
Cangueiro (3), Carroceiro (22), Cocheiro (3), Condutor (1), Estivador (1), Foguista (8), Marítimo (54)	
<b>Militares</b>	<b>273 (23,57 %)</b>
Militar (267), Bombeiro (6)	
<b>Serviços domésticos</b>	<b>299 (25,82 %)</b>
Ama de Leite (1), Copeiro (4), Costureira (13), Cozinheira (61), Criado (118), Doméstica (1), Engomadeira (15), Lavadeira (69), Serviço Doméstico (17)	
<b>Outros Serviços</b>	<b>186 (16,06 %)</b>
Artista (1), Agência (9), Caixeiro (1), Empregado (3), Empregado Público (1), Escriturário (1), Jornaleiro (130), Jornalista (1), Operário	

(3), Servente (10), Trabalhador (26)
--------------------------------------

Fonte: CHCSCPA - Livro da Porta nº 1.

Sintetizando a questão ocupacional demonstrada pela tabela acima, temos 15,11 % de indivíduos em cujos registros não aparecem a profissão. Temos que esclarecer que 58 destes indivíduos eram crianças e 57 possuíam mais de 65 anos. Se excluirmos estes 115 indivíduos sem a menção a profissão, temos então uma divisão de 3,46% dos trabalhadores negros empregados no setor primário, pouco mais de 10% no setor de prestação de serviços, 9,36 % no transporte, quase 28% nos mecanismos de controle social e pouco mais de 30 % no serviço doméstico. Cabe mencionar que todos os moradores da Casa de Correção tem os nomes acompanhados por uma profissão. Novamente os dados mostram uma população nada anônima, mas formada por trabalhadores dos mais variados setores dos mundos do trabalho urbano e rural.

Sintetizando os dados que possuímos até o momento, temos, quanto à cor, cerca de 8% de morenos, 50% de pardos e 42% de pretos. Quanto ao estado civil, 86,72% declararam-se solteiros. Os frequentadores negros da Santa Casa de Porto Alegre, de acordo com a *classe* a que pertenciam, eram majoritariamente pobres (90%), moradores principalmente na área central (1º e 3º distritos) e inseridos profissionalmente no setor terciário (transporte, militares e trabalhadores do serviço doméstico).

O elevado número de indivíduos que saíam curados da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a descaracteriza como um local unicamente destinado à morte. Como já argumentamos, pensamos que esta instituição era parte das estratégias de sobrevivência dos populares urbanos, que a manejavam em seu benefício próprio e de suas famílias.

Torna-se evidente que esta fonte primária que estamos acessando no Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, permite uma cartografia dos populares da capital, seja quanto à moradia, ao trabalho, as relações familiares e também no que se refere às doenças que os afligiam, tornando-se um instrumento nodal para os historiadores sociais voltados para temáticas diversas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ANDREWS, George Reid. **Negros e Brancos em SP (1888-1988)**. Bauru, EDUSC, 1998.

BRIZOLA, Jaqueline Hasan. **A Terrível Moléstia: Vacina, epidemia, instituições e sujeitos: a história da varíola em Porto Alegre no século XIX (1846-1874)**. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014. (Dissertação de mestrado).

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das Cores do Silêncio**. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX). Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim**. SP, Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. **Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial**. SP, Cia. Das Letras, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Culturas do Povo**. Sociedade e Cultura no Início da França Moderna. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. V. 1. O legado da “raça branca”. SP, Dominus Editora S. A., 1965.

\_\_\_\_\_. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. V. 2. No limiar de uma nova era. SP, Dominus Editora S. A., 1965.

FONER, Eric. **Nada Além da Liberdade**. Rio de Janeiro: paz e Terra; Brasília: CNPQ, 1988.

FOUCAULT, M. O Nascimento do Hospital. In: **Microfísica do Poder**. 10ª ed.. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. Morfologia e História. SP, Cia. das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. **El juez y el historiador**. Acotacionesalmargendel caso Sofri.Madrid, Anaya& Mario Muchnik, 1993.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. **Proteção e Obediência**. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 - 1910). SP, Companhia das Letras, 1992.

GUTFREIND, Ieda. **O Negro no Rio Grande do Sul: o vazio historiográfico**. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, V. XVI, nos. 1 e 2, 1990.

IANNI, Octávio. **As Metamorfoses do Escravo**. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional. 2ª edição, SP : HUCITEC ; Curitiba : Scientia et Labor, 1988.

KERSTING, Eduardo. **Negros e a modernidade urbana**. A Colônia Africana de Porto Alegre (1880-1920). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1998. (Dissertação de Mestrado).

LEITE, Ilka Boaventura (org.). **Negros no Sul do Brasil**. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

MAUCH, Cláudia. **Colônia Africana: marginalidade e controle social**. Porto Alegre, PPG em História/UFRGS, 1988.

MOREIRA, P. R. S. (Org.); PENNA, Rejane (Org.). **Política e Poder nos Primeiros Anos da República: A correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, 397p.

MOREIRA, P. R. S. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). In: PAIVA, Eduardo França; MARTINS, Ilton Cesar; IVO, Isnara

- Pereira. (Org.). **Escravidão, mestiçagens, Populações e Identidades Culturais**. SP / BH / V. Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, p. 115-138.
- MOREIRA, P. R. S.. Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Burocracia, política e devoção. In: GOMES, Flávio ; DOMINGUES, Petrônio. (Org.). **Experiências da emancipação: Biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. Rio de Janeiro: Selo Negro, 2010a, p. 83-108.
- MOREIRA, P. R. S.. **Negras Cartografias**. Territorialidade, saúde e trabalho da População negra em Porto Alegre (1880/1910). 2015. [no prelo]
- MÜLLER, Liane Susan. “**As Contas do Meu Rosário são Balas de Artilharia**”. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre 1889-1920. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1999. (Dissertação de mestrado)
- OLIVEIRA, D. **Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. POA, PPGH/UFRGS, 2012. (Dissertação de mestrado)
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos nos final do século XIX**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. (Capítulo I)
- ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884-1918)**. Campinas, IFCH/Universidade Estadual de Campinas, 2014. (Tese de doutorado)
- SANTOS, José Antônio dos. **Prisioneiros da história**. Trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional. Porto Alegre, PPGH-PUCRS, 2011. (Tese de doutorado)
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças**. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. SP, Cia. Das Letras, 1993.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano; GOMES, Flavio; GOMES, Juliana Barreto Farias. **No Labirinto das Nações: africanos e Identidades no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2005.
- THOMPSON, E. P. **Costumbres en Común**. Barcelona, Crítica, 1995.
- TOMASCHEWSKI, C. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.
- WADI, Y. M. **A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura**. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- WEBER, Beatriz Teixeira. **As Artes de Curar**. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889 - 1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru:EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999.
- WEIMER, Rodrigo. **A Gente da Felisberta: Consciência Histórica, História e Memória de uma Família Negra no Litoral Riograndense no Pós-Emancipação (C.1847 – Tempo Presente)**. Niterói, PPGH-Universidade Federal Fluminense, 2013. (Tese de doutorado)
- WITTER, N. A. **Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. Rio de Janeiro, PPGH/UFF, 2007.